

Uma penosa obsessão

Por viver assim, sem troca de experiências diferentes, a sociedade civil na cidade é muito desarticulada, diz Frederico Holanda, lembrando que, em todas as atividades, o Estado, poderoso e vigilante, está sempre presente. Da concessão da moradia à diversão, o apoio do Estado é comumente aceito como indispensável para o sucesso de qualquer iniciativa.

Essa organização peculiar certamente reforçou o desenvolvimento de universos sociais estanques, a identificação com a empresa-Estado e no final das contas surgiu, frondosa, a maior aspiração do homem desta cidade: conseguir mais e mais mordomias, ter sucesso, fazer parte da Corte. Por isso a disputa para estar próximo do poder tornou-se algo intimamente engravado no corpo e na alma de cada cidadão cujo futuro depende do Estado — e são poucos os que se libertam dessa penosa obsessão.

Por que quase toda a burocracia estatal está concentrada na Esplanada dos Ministérios, isolada da vida da Cidade e até mesmo — em virtude desse isolamento — da vida do País? A praça dos Três Poderes — o Planalto, o Palácio da Justiça, o Congresso — é um apêndice da Cidade e parece constituir um outro mundo dentro deste mundo irreal. Daí que o poder parece isolado, dentro da Cidade, como a Cidade parece isolada do resto do País.

Mas desde sua criação a praça dos Três Poderes foi intencionalmente fria e distante. Como depõe Lúcio Costa, o criador: "Tive a idéia meio infantil, meio utópica, de colocar o poder no extremo da Cidade, não no centro, como tradicionalmente, a cidade em volta do poder. Pensei o Eixo Monumental como um braço que oferece os três poderes ao cerrado, representando o povo".

O espaço na Cidade parece ter sido feito apenas para olhar: o poder tem terror de concentrações humanas e tudo faz para suprimi-las ou dificultá-las, mesmo quando se manifestam numa simples feira de artesanato como a que se realiza todos os domingos na torre de televisão. A feira cresceu e tornou-se motivação para o encontro puro e simples de pessoas de classes sociais diferentes, mas já houve iniciativas para transferi-la para um lugar distante.

Mas é preciso ter cuidado quando se analisam as peculiares características da Cidade, adverte a professora Maria de Souza Duarte, que escreveu um livro sobre essa estranha realidade. Antes de existir, diz

ela, a Cidade já era considerada uma proposta utópica e sonhadora.

— Aqui se colocariam formas de viver que não tinham muito a ver com a realidade do País naquele momento, uma proposta de vida democrática e igualitária. Muitas pessoas se embalaram nesse sonho — diz Maria Duarte.

Para ela, o espaço em si não determina a vida das pessoas. A Cidade, acrescenta, sempre refletiu, independentemente disso, a estrutura do País. Ela traduz, como sede do poder, o sistema autoritário, e acaba sendo, mesmo para as pessoas que se apoderaram do mecanismo de decisões, também um mito: como se o País todo fosse ou devesse ser como a Cidade, cheio de ordem, limpeza, tranquilidade e progresso.

Paternalismo, mordomias, privilégios: o poder protege seus afilhados e esta é uma proteção exacerbada. "Quem sabe se o fundamento da mordomia não é este?" — pergunta Maria Duarte. Protegendo seus afilhados e mantendo-os seguros, bem alimentados e felizes, o poder protege-se a si próprio.

E foi assim, de mordomia em mordomia, que a cidade se tornou não só o paraíso da Corte mas também o paraíso da classe média, a ilha da fantasia em que quase todos os sonhos se realizam. Com exceção dos aventureiros, dos jogadores e dos grandes negociantes, ninguém na cidade se arrisca: busca sempre segurança, estudo, tranquilidade e trabalho, numa luta por postos e interesses, diz Maria Duarte.

O próprio senador Jarbas Passarinho, um dos poderosos notáveis da Corte, admite que a cidade se fechou "num falso sentimento de proteção". Engana-se, porém, quem imagina estar a cidade inteiramente a salvo do perigo — ele existe até mesmo encaulado nos bastidores da Corte.

Pois, se a vida na Corte parece uma festa constante, na verdade assim não é. As festas, regadas a bom vinho, geralmente pago pelo erário, não servem para a descontração e o prazer, mas para o encontro dos negócios, o conchavo, o intercâmbio de interesses pessoais, a intriga e a angústia. Atrás de tudo, o medo de um dia se perder isso.

E aos domingos, quando um cortejo abre — quando abre — os jornais do dia, pode-se com justiça advinhar, entre seus lábios, um murmúrio de desgosto, enquanto sobe por sua garganta o amargor da contrariedade: os jornais falam de crises, miséria, violência, eleições diretas, escândalos. O País real irrita e ameaça a Corte.